



## **Telecentros Educativos em Juiz de Fora e a Promoção da Cidadania<sup>1</sup>**

Bruna OROÑA<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

### **RESUMO**

Este *paper* apresenta os primeiros resultados, de cunho teórico, a partir de pesquisa bibliográfica, que constituem a parte inicial de pesquisa sobre como se dá a relação das novas tecnologias, mais especificamente o computador e o acesso à Internet, dentro das escolas públicas de Juiz de Fora. Neste artigo buscamos configurar as bases teóricas sobre a educomunicação para, num momento posterior, aplicarmos esses fundamentos no estudo sobre a utilização de equipamentos públicos que denominamos telecentros educativos, ou seja, os espaços das escolas públicas que disponibilizam as novas tecnologias da comunicação e da informação para uso educativo, com isso contribuindo para diminuir a fratura digital existente na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** educomunicação; sociedade em rede; comunicação e inclusão sociodigital; telecentros educativos.

### **As novas tecnologias e a sociedade em rede**

Dentro de um contexto histórico, podemos observar que em todas as eras e épocas da sociedade humana a tecnologia sempre esteve presente no desenvolvimento destas, desde o “raspar pedras” para se obter o fogo, até os dias atuais onde nos deparamos com um avanço e com a inserção cada vez mais freqüente das tecnologias dentro da sociedade. E um exemplo disto é a Internet - que é um dos focos deste estudo - que possibilita a quebra de barreiras geográficas através de uma rede que abrange o mundo e permite uma comunicação e uma interação entre os povos.

Diante do desenvolvimento tecnológico e científico obtido através de estudos e pesquisas, podemos ver hoje o crescimento vertiginoso das chamadas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Estas tecnologias, que surgem e se renovam rapidamente, são de fundamental importância e vitalidade para a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

<sup>2</sup> Aluna de Graduação, 4º período de Jornalismo, FACOM – UFJF, bolsista BIC; orientador Prof. Dr. Bruno Fuser.



organização do social e nos insere agora na chamada “terceira modernidade”, uma época onde ocorrem sucessivas e profundas mudanças de comportamento a partir do uso constante dos equipamentos de informática, associados à telecomunicação em grau de sofisticação até a pouco apenas imaginado.

Relacionando o conceito de sociedade em rede, pautada pelo uso e apoio da Internet, e o conceito das novas tecnologias, podemos observar que a Internet é o mais importante elemento das novas tecnologias, que conduzem ao surgimento de uma sociabilidade digital, de uma sociedade em rede. É por meio desta que somos intensamente tomados pela presença das redes de comunicação em todas as esferas, desde o plano da política e do poder, até o das relações humanas mais sensíveis, como a afetividade.

Podemos exemplificar tal fato utilizando um meio que é comum na vida da grande maioria da população, a Internet, que, como descreve Castells é uma “ferramenta de poder, fonte potencial de altos lucros e símbolo da hipermodernidade” (CASTELLS, 2000: 387). Ele também assinala:

Internet é sociedade, expressa os processos sociais (...) ela constitui a base material e tecnológica da sociedade em rede. (...) Esta sociedade em rede é a sociedade (...) cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação a partir de tecnologia de informação microeletrônica estruturada na Internet. Nesse sentido, a Internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material das nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CASTELLS, 2003a: 286-287).

Como Castells deixa bem claro, a Internet constitui o meio de comunicação que possibilita organizar a sociedade, uma vez que se tornou uma base sólida dentro da estrutura social, e dentro também da estrutura pessoal de cada cidadão. Ela nos possibilita ter acesso a bens simbólicos, ter acesso a informações acerca de aspectos que nunca antes poderíamos imaginar que algum dia teríamos, ela nos possibilita viajar virtualmente em lugares aos quais nunca fomos fisicamente.

A Internet possibilitou a criação de um novo conceito de sociedade, “a sociedade da informação”, expressão utilizada também pelo governo brasileiro e que, segundo ele, “está baseada em tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios



eletrônicos, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. Essas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global, a Sociedade da Informação” (GOVERNO FEDERAL, 2000).

Essa sociedade da informação cria oportunidades de os meios de comunicação agirem como promotores de desenvolvimento e de inclusão social. Além disso, podemos observar as conseqüências advindas da implantação da informatização de inúmeros setores da sociedade – a ponto de estarmos vivendo em um mundo em que as relações são pautadas pela virtualização, um "real" latente, em oposição ao atual, e não ao concreto, como quer Pierre LÉVY (1996) – e que encontram paralelo em outros períodos de inovação tecnológica.

O momento de intensificação de tecnologias digitais traz conseqüências diversas no cotidiano das pessoas, em todas as esferas, de maneira diferenciada, mas socialmente ampla. Na prática cotidiana da disseminação de informações isso é perceptível de múltiplas formas, a ponto de se tornar difícil a tarefa de se desenvolver qualquer atividade que não esteja total ou parcialmente inserida nos novos aparatos tecnológicos de informação.

Embora esta intensificação digital e a conseqüente disseminação da sociedade da informação esteja disponível na maioria dos lugares e em diferentes situações, entra em questão se estas tecnologias estão sendo utilizadas a fim de promover realmente uma inclusão social e uma democratização do acesso à informação.

Podemos relacionar a essa discussão a importância que a informação tem na vida das pessoas (principalmente quando elas ainda estão desenvolvendo seu lado crítico e social) e como uma pessoa informada e instruída acerca de diversos assuntos tem maiores chances de ter uma vida social mais cidadã. Nesta pesquisa será estudado um aspecto decorrente desta sociedade em rede, os telecentros educativos – dentro da cidade de Juiz de Fora - e será observado como estes telecentros são utilizados e adaptados como promotores de cidadania e de educação dentro destas escolas. Chamamos de telecentros educativos os espaços das escolas públicas que disponibilizam as novas tecnologias da comunicação e da informação para uso educativo, com isso contribuindo para diminuir a fratura digital existente na sociedade contemporânea.

A sociedade em rede, que é a sociedade dentro da qual vivemos, nos possibilita cada dia mais ter acesso a meios e a informações, ela nos permite vivenciar e presenciar



notícias e acontecimentos que venham a ocorrer no mundo, ela permite que sejamos não apenas consumidores, mas também produtores de informação, ela possibilita que sejamos também emissores, tendo portanto a oportunidade de emitir as nossas idéias e nossos valores, ela nos permite, enfim, termos acesso a tecnologias e a informações a que temos direito.

A partir desta possibilidade de adquirir conhecimento, devemos não somente “olhar” estas informações, mas devemos “olhá-las” e absorver o que de proveitoso elas podem nos trazer, devemos interpretar o que nos é oferecido e a partir disto procurar promover cada dia mais a nossa cidadania, e ampliar este nosso conhecimento a outras pessoas que necessitam dele, promovendo assim uma inclusão social e digital.

### **O conceito de Educomunicação e sua importância na disseminação da cidadania**

Segundo o professor Ismar de Oliveira Soares<sup>3</sup> a educomunicação é um campo de convergência não só da comunicação e da educação, mas de todas as áreas das ciências humanas. O professor da ECA diz que este conceito surgiu através da intenção de comunicadores, educadores e pessoas de diversas áreas que tinham o objetivo de tentar intervir na sociedade para “reconstruí-la” e com isso se juntaram e passaram a trabalhar com referenciais teóricos e metodológicos de várias áreas das ciências humanas e acabaram constituindo um movimento social em torno da cidadania, da democracia e, principalmente, em torno da luta para quebrar a hegemonia dos sistemas estabelecidos. Oliveira Soares salienta que o conceito de educomunicação surgiu nesse contexto e não como fruto de reflexões de grandes teóricos e grandes filósofos, mas a partir de uma prática de cidadania.

O professor diz também que:

a educomunicação vem sofrendo resistências na educação tradicional que vê essa área como algo que, às vezes, pode estar ameaçando a sua ortodoxia; e na comunicação que olha para esse campo como algo pobre, algo de gente que não

---

<sup>3</sup> Professor da ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), durante o Seminário Educação e Comunicação: um debate contemporâneo, promovido pela FEUSP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo) e pelo mestrado em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi, realizado entre os dias 6 e 8 de novembro de 2001, nos campi das duas instituições. Junto com Oliveira Soares, compo a mesa-redonda “Educação na comunicação: uma questão de ética”, participaram também Maria da Graça Jacinto Setton, da FEUSP, e Paulo Vasconcelos, da Universidade Anhembi Morumbi.



está no mercado. (...) Entretanto ela vem ganhando força de uma “forma incontrolável” junto aos sistemas tradicionais. Um exemplo pode ser verificado, segundo o professor, com o programa educom.rádio(...) O objetivo é de discutir o conceito de educomunicação, com questões teóricas e, especialmente, práticas. Uma abordagem possível é verificar como através de um meio de comunicação (no caso o rádio) a comunidade escolar passa a discutir o seu ecossistema comunicativo e como ele poderia estar sendo gerenciado.

Justamente por este motivo e por saber que a educomunicação parte do princípio de uma intervenção na sociedade a fim de promover transformações, a tomaremos como base fundamental de nossa pesquisa. Encontramos nela a justificativa da proximidade entre educação e comunicação nas ações de inclusão digital e é a partir dela que surge a possibilidade de democratização do acesso à informação.

Oliveira Soares ainda vem destacar que a educomunicação é “um campo de implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação.”.

Seus objetivos específicos, segundo Ismar de Oliveira Soares, são:

promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação; identificar como o mundo é editado nos meios; facilitar o processo ensino-aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação (entra tecnologias, vista a partir não da tecnologia em si, mas de suas características e da importância de ter acesso a eles); promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

O grande objetivo é que os educadores e as crianças, juntos, se perguntem como atuar em prol do desenvolvimento de uma consciência educativa das ações e como se pode transformar o espaço educativo em espaço de vida. Segundo Soares (ca.2000) isso só é possível através dos educadores que aqui entendemos ser os mediadores entre as NTCI e a população. Estes são, no contexto latino-americano,

coordenadores e agentes culturais, facilitadores da ação de outras pessoas (professores ou alunos), preocupados em que estes possam elaborar os materiais a partir de suas necessidades e interesses, tornando-se eles próprios produtores do conhecimento. Denota-se uma preocupação com a democratização do acesso à informação, utilizando-se a atuação profissional como meio para a formação de valores solidários e democráticos, para a transformação do ambiente em que vivem. (SOARES, ca. 2000)

Além do conceito abordado por Ismar de Oliveira Soares, iremos, aqui, colocar como exemplo os conceitos abordados por Cicília Peruzzo (2007) na relação entre rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. Segundo ela, a rádio comunitária atua de maneira a transformar a realidade da comunidade onde se localiza e com isso, colabora para a construção e ampliação da cidadania.



Em relação ao conceito específico de educomunicação, além de confirmar o conceito exposto por Ismar Soares, Cicília Peruzzo afirma que a

educomunicação diz respeito às inter-relações entre Comunicação e Educação nos processos de educação formal, não-formal e informal. Na educação formal a educomunicação se realiza quando “a escola se aproxima da comunicação”, quando a escola percebe que “os modos de apropriação do saber mudaram, e mudarão ainda mais na nossa sociedade que desenvolve as ‘indústrias do conhecimento’”

Seu ponto de enfoque principal reside na democratização da informação, necessária, segundo a pesquisadora, para a melhoria da educação e o aumento do nível cultural da população, uma vez que aborda temas ligados diretamente à vida da comunidade.

Ao explicitar a promoção do desenvolvimento dentro da comunidade ela explicita que “as rádios comunitárias, assim como a televisão e os telecentros (...) atuam com propósitos explícitos de favorecer o desenvolvimento social e econômico visando a redução da pobreza absoluta”. Cicília diz que a comunicação comunitária é importante, pois atua como facilitadora do exercício dos direitos e deveres de cidadania e que com isso ela ajuda a promover o desenvolvimento local e o conseqüente avanço na qualidade de vida. Logo ela conclui que

as maiores conquistas em direção ao avanço da cidadania têm relação direta como o grau de consciência, organização e ação das forças progressistas da sociedade civil para fazer valer os seus interesses e necessidades. Desenvolvimento implica, portanto, ampliação dos direitos de cidadania.

Entretanto para se alcançar o objetivo de colocar em prática os princípios de promoção de cidadania e de acesso à educação por meio das rádios comunitárias é necessário

oferecer treinamento por meio de cursos de curta duração a membros da comunidade, para que muitas pessoas possam se capacitar e aperfeiçoar seus conhecimentos e se sentirem mais aptas para atuar na sociedade; difundir conhecimentos e fatos que, embora gerados fora no âmbito comunitário, fazem sentido localmente e podem contribuir para aumentar o nível de informação e consciência crítica.

Peruzzo intervém dizendo que na comunicação comunitária ocorre um significativo processo de educomunicação na perspectiva do desenvolvimento integral da pessoa à medida que esta promove um maior contato entre essas pessoas e seus direitos enquanto cidadãos. Com isso destaca que



a inserção da comunidade nas atividades comunicativas e educativas, gera uma mudança na percepção de mundo que essas pessoas tinham, elas começam a observar o mundo de forma diferente, começam a ver que elas realmente fazem parte e que têm um papel fundamental em uma sociedade, elas passam a se ver atuando na construção e na possível melhoria da sua própria realidade.

Com isso podemos ver que “os meios comunitários se apresentam como grande oportunidade de dar aos canais de comunicação a dimensão social que possuem; se empregados com sabedoria, estes canais permitem a materialização do potencial educativo transformador que detêm”. Observamos assim que os meios de comunicação, quando utilizados e administrados com consciência social, se capacitam em o que devem ser para a sociedade, meios decisivos de transformação social.

Cicilia Peruzzo relaciona cidadania e liberdade de acesso à Informação:

a cidadania se expressa como direito à liberdade de acesso à informação e de fruir os bens culturais, mas também como direito comunicacional, ou seja, de acesso dos cidadãos aos meios de comunicação enquanto produtores e difusores de mensagens e não apenas como receptores (...) O acesso do cidadão aos meios comunitários de comunicação, na condição de protagonista, é um direito humano fundamental.

Em relação à democratização da informação, é importante destacar a Proposta Política Pedagógica (PPP) do Comitê para a Democratização da Informática (CDI), que vem sendo construída participativamente, através de grupos de trabalho presencial e à distância, com educadores e coordenadores da Rede CDI.

O objetivo principal desta proposta é desenvolver a consciência crítica e a emancipação de sujeitos e das comunidades com as quais o CDI interage. O objetivo

é buscar uma diretriz, um rumo para o caminhar do trabalho, o que significa muito mais que um simples plano de ensino ou de atividades pedagógicas, embora uma PPP também oriente o conteúdo, a forma e a maneira como o conhecimento deve ser construído.

Esta é uma proposta política, devido ao compromisso social que se tem para com a população, na forma de participação de cada um na comunidade e na vontade que leva a uma ação; sendo assim ela pretende ocasionar mudanças sociais a partir da participação dos indivíduos neste trabalho.

Já na dimensão pedagógica

residem todas as ações educativas e as características de organização do espaço onde acontecerá o desenvolvimento da intencionalidade política, ou seja, a formação de sujeitos cidadãos, participativos, empreendedores, comprometidos socialmente, críticos e criativos. Por isso, as dimensões política e pedagógica caminham juntas e devem possibilitar o envolvimento de todos os participantes de uma comunidade e o exercício da cidadania.





Por se tratar de um processo onde todos participam, aqui existe uma relação horizontal entre as pessoas, não existindo uma hierarquia, logo todos se comunicam, trocam conhecimentos, ampliam contatos e atuam em benefício à democratização do acesso às novas tecnologias, a educação e à inclusão digital e social.

Devido a esta organização horizontal, uma PPP organiza o trabalho pedagógico em dois momentos relacionados: a organização da sala de aula e a dinâmica de funcionamento do espaço da instituição como um todo, logo é necessário buscar novas e eficientes estratégias. Sendo assim esta busca

implica em assumir o compromisso com transformações sociais. É ousar. É fazer deste local “um espaço” ampliado para discussões, debates, o uso diversificado das ferramentas, tomada de decisões, a construção de conhecimentos, a sistematização de experiências, de maneira que todos os envolvidos participem ativamente, utilizem e se apropriem do espaço de forma pessoal e, portanto, diversificada.

Para colocar esta proposta em prática é preciso se fundamentar em suportes que possibilitem a construção e implementação de propostas de mudanças. Este suporte é dado por uma teoria que tenha o compromisso de buscar e propor soluções para uma transformação da realidade e que seja de interesse do coletivo. E poderá ser dado através de parcerias entre setores que tenham objetivos em comum e posicionamentos semelhantes em relação à promoção da cidadania e a transformação do social.

Diante destes fatores apresentados, podemos ver que existe hoje uma intensa proposta de intervenção no social a fim de promover transformações e mudanças que sejam benéficas à população, como a promoção da inclusão social e digital e a conseqüente ampliação da cidadania. Neste contexto encontramos educadores, comunicadores e profissionais das mais diversas áreas, que, atuando nesta multidisciplinaridade, possibilitam uma análise mais eficaz acerca das necessidades que permeiam a sociedade.

Neste contexto, e diante da proposta inicial de nossa pesquisa, podemos ver que a educomunicação é o conceito fundamental, pois, na pesquisa com os telecentros educativos, temos o objetivo de verificar como estes são utilizados pelos alunos, e administrados pelos professores, verificar se através de um meio de comunicação (no caso, os computadores) a comunidade passa a discutir aspectos comunicacionais e educacionais ligados a ela, se estes telecentros têm fins educativos ou de entretenimento, queremos enfim analisar se realmente os telecentros agem como meios





de educomunicação na sociedade e se a sua utilização promove uma transformação e amplia a cidadania.

### **Novas tecnologias, comunicação e inclusão social**

Segundo dados estatísticos, no Brasil o perfil do internauta brasileiro é o da pessoa com maior nível educacional e com maior nível de renda, revela pesquisa inédita do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada no dia 17 de agosto de 2007 e baseada na Pnad 2005. Quanto mais elevado era o nível de instrução, maior foi a proporção de usuários da internet. Enquanto 2,5% das pessoas sem instrução ou com menos de quatro anos de estudo acessaram a internet, no grupo com 15 anos ou mais de estudo este percentual alcançou 76,2%.

Este perfil é somente uma base para iniciarmos a discussão acerca das novas tecnologias, comunicação e inclusão digital. Utilizando a Internet como sendo um dos meios de comunicação mais frequentes na realidade brasileira, estes dados nos permitem avaliar até em que nível estas novas tecnologias estão inseridas na sociedade.

Diante desta análise devemos colocar em questão como será possível promover a inclusão social e conseqüentemente digital, das pessoas de baixa renda no âmbito do desenvolvimento tecnológico e na promoção da cidadania.

Sobretudo, não queremos nem podemos somente incluir por incluir, como diz André Lemos (2002), devemos incluir com consciência, devemos incluir para promover uma mudança, uma transformação, segundo Lemos inclusão é uma “habilidade cognitiva para dominar, mudar, desconstruir discursos e alterar as rotas dos produtos das fábricas de ilusões.”

André Lemos afirma que “a verdadeira inclusão social se dê pela educação aos novos meios, que não é apenas técnica, pelo desenvolvimento de um pensamento crítico e inquieto em relação ao que nos vendem como a última novidade aquilo que vai apodrecer lá na frente.”

Logo, podemos ver que Lemos, não admite uma inclusão somente técnica, onde os equipamentos são fornecidos e utilizados sem haver o desenvolvimento de uma raciocínio lógico e somente com a aceitação do que nos é oferecido, ele defende uma inclusão com discussão, uma inclusão crítica, onde não somente aceitamos a técnica, mas também e principalmente discutamos acerca dela e do que a envolve.



A comunicação, e como já foi dito anteriormente, a educomunicação é um caminho viável para conseguir alcançar esta inclusão, pois por meio desta, será possível unir duas necessidades urgentes no Brasil em um único movimento: a educação e a inclusão social e digital (que estão fortemente ligadas). Podemos chegar a este objetivo por meio da comunicação, que é uma área do conhecimento que inter-relaciona diversos campos do saber e com isso pode atuar como agente eficiente para trazer benefícios sociais.

Projetos como do governo federal assinalados no **Livro verde** se assinala que o Programa Sociedade da Informação aponta como perspectiva a expansão da Internet para todos os segmentos sociais, promovendo:

1. oportunidades de alfabetização digital, de capacitação técnica e reciclagem profissional por meio de redes (...);
2. ofertas, via rede, de trabalho e emprego de todos os tipos;
3. esquemas de teletrabalho, especialmente para as pessoas com necessidades especiais". (TAKAHASHI, 2000)

A partir deste e de outros projetos que permitem interferir na realidade para transforma-la, como a formação de telecentros comunitários ou educativos, será possível formar uma sociedade interagida digitalmente e principalmente, incluída socialmente, possibilitando assim a construção de uma população que tem seus direitos assumidos e cumpridos, como o direito de ter acesso à informação, à educação enfim de ter realmente seus direitos de cidadão cumpridos.

### **Telecentros educativos e cidadania**

Para início de nosso estudo acerca de telecentros educativos e cidadania, iremos utilizar o conceito de telecentro segundo o **Livro verde** da Sociedade da Informação no Brasil:

O termo 'telecentro' tem sido utilizado genericamente para denominar as instalações que prestam serviços de comunicações eletrônicas para camadas menos favorecidas, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos ou mesmo em áreas mais distantes. (...) Do ponto de vista do público atingido diretamente por iniciativas como as dos telecentros, parece ser inegável que eles têm tido um papel de destaque no processo de universalização do acesso à Internet. E, mais ainda, se forem analisados os perfis dos diferentes públicos que deles se utilizam, não parece haver dúvida de que suas experiências têm agregado segmentos sociais que dificilmente teriam acesso à rede sem telecentros. (TAKAHASHI, 2000:34)

Após exposto o conceito de telecentro, iremos estudá-lo sob o ponto de vista educativo, enquadrando-o no foco de inclusão social e digital, ou seja, estudaremos os telecentros educativos que existem na cidade de Juiz de Fora (nas escolas municipais), analisando seu papel, sua função e sua importância para os estudantes, e como estes



interferem na formação do aluno.

Em Juiz de Fora já há ações institucionalizadas de inclusão digital. O Departamento de Políticas e Ações Pedagógicas da Prefeitura desenvolve um trabalho de inclusão digital, que busca articular ações como o levantamento de dados relativos à informatização das escolas do município e dos projetos aí desenvolvidos, assim como a discussão e implementação de propostas de democratização do uso da informática como uma das formas de inclusão social (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, s.d.) O uso da informática educativa em Juiz de Fora, como instrumento de inclusão social e digital, na perspectiva da construção “de uma cidadania plena e libertadora, veiculada pela ação das novas tecnologias”, está em pleno curso na atual gestão (SANTOS, 2005 : 69).

Das 96 escolas municipais, 40 possuem computadores, e 20 estão conectadas à Internet. Há planos de expansão, que esbarram, contudo, na escassez de recursos financeiros. A capacitação é realizada pelo Centro de Formação do Professor, e encontra adesão, principalmente, entre os 20 professores de informática, que atuam como professores especializados em NTCI na definição e desenvolvimento de atividades específicas junto com professores das diversas disciplinas e áreas da rede municipal.

Dentro deste ponto podemos agora observar a importância dos mediadores e educadores (monitores e dinamizadores) que permeiam a relação entre o aluno e o equipamento. Tendo como ponto de partida o objetivo de cada telecentro, estes profissionais são de suma importância para os alunos, uma vez que permitem e criam oportunidades para guiá-los na direção da inclusão digital, permitindo muitas vezes uma alfabetização digital.

A proximidade entre ações de inclusão digital e de alfabetização fizeram com que um dos núcleos de educação criados por Paulo Freire se dedique especificamente à alfabetização digital. Assim, o Mova - Movimento de Alfabetização, criado por Paulo Freire quando esteve na Secretaria de Educação do Município de São Paulo, apresenta reflexões sobre que significados pode ter uma alfabetização crítica e libertadora, como a preconizada pelo educador pernambucano, ao se traduzi-la para uma alfabetização digital.

Assinala o Mova, em seu Programa Municipal de Alfabetização Digital

Quais são as principais questões que o conceito de alfabetização apresenta a um novo conceito de mundo? O mundo mudou. A leitura e a escrita deste mundo não



podem ser feitas com os mesmos instrumentos com que se faziam as leituras dos mundos passados. (MOVA DIGITAL, s.d.)

A importância de se conduzir os trabalhos de inclusão digital de maneira próxima às ações de educação são apontadas também por João Paulo Attie, para quem “quanto mais carente é a população atendida, maior é a necessidade de a escola proporcionar o acesso à Internet” (apud SILVEIRA, e CASSINO, 2003: 241).

Entretanto, muitas destas escolas, em Juiz de Fora, vêm enfrentando sérios problemas, como a dificuldade de desenvolvimento e implantação das salas de informática, e para colaborar na tentativa de resolução deste problema, o CDI – Comitê de Democratização da Informática vem também desenvolvendo iniciativas de inclusão digital na cidade, e a Câmara Municipal, igualmente, mantém telecentro para uso aberto da população.

Além de incluir o aluno social e digitalmente, queremos ver como estes telecentros permitem que os alunos tenham acesso a informações essenciais para sua formação geral, para seu movimentar-se na sociedade, para interagir no quase infinito espaço digital ao qual se acessa por computador conectado à Internet e por outros equipamentos que se renovam permanentemente. Com isso queremos analisar e observar como estes telecentros e sua utilização permitem com que haja uma real formação de cidadãos atentos e interagidos com o mundo físico e digital.

Iremos observar como ocorre a relação entre estudantes e educadores, como se dá a efetiva educação dentro destes telecentros, atentando principalmente à questão da inclusão social crítica com o uso destes telecentros educativos; observando se estes telecentros atuam como promotores da cidadania, da formação crítica, pessoal e profissional destes estudantes e se realmente promovem uma transformação e mudança social que seja benéfica à comunidade. Trata-se, portanto de verificar se de fato esses princípios e linhas de ação estão presentes nos telecentros da região de Juiz de Fora. Essas informações devem balizar a proposta de intervenção social a ser apresentada e acompanhada a partir deste projeto de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, M. “A Internet e sociedade em rede”. Em MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro : Record, 2003. Págs. 255-287.



CASTELLS, M. A **sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro : Paz e Terra : 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. 2ª ed

GOVERNO FEDERAL. **A Sociedade da Informação**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.socinfo.org.br/sobre/sociedade.htm>. Acesso em: 20.06.2004.

LEMONS, André. “Aspectos da cibercultura – vida social nas redes telemáticas”. Em: PRADO, José Luiz Aidar (org.) **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo : Hacker, 2002. Págs. 111-129.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo : Ed. 34, 1996.

MOVA DIGITAL. “Programa Municipal de Alfabetização Digital” [on-line] <<http://www.movadigital.pucsp.br>> [Consulta: 19 janeiro 2005]

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento IN: \_\_\_\_\_ PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: (os novos caminhos do social)**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Políticas e Ações Pedagógicas. Núcleo de Atenção à Educação na Diversidade. “Proposta de trabalho. Eixo: inclusão digital”. [mimeo., s.d.]

SANTOS, Marcos Vinícios dos. “A informática educativa como meio de socialização e respeito às diferenças”. Cadernos do Professor, ano XIII, n. 16, dezembro de 2005, págs. 69-73. [Ed. Esp.: Intertextualidade: saberes e práticas docentes. Org.: MANCINI, Regina Célia e SCOTTON, Maria Tereza]

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da e CASSINO, João (orgs.) **Software livre e inclusão digital**. São Paulo : Conrad Editora do Brasil, 2003. Págs. 17-47.

SOARES, I. de O. (ca.2000) “Comunicação / Educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. São Paulo, ECA/USP, (ca.2000). Disponível em: [http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil\\_ismar.html](http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil_ismar.html). Acesso em 08.03.05.

SPITZ, Clarice. Folha online – Rio. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21853.shtml> Acesso em: 23.03.2007

TAKAHASHI, Tadao (org.) **Sociedade da informação no Brasil : livro verde**. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em [www.socinfo.org.br](http://www.socinfo.org.br). Acesso em 27.06.2004.